

Governmentalidade e crítica: notas sobre a crise de governo e as verdades políticas e éticas das insurreições

Rodrigo Diaz de Vivar y Soler¹

Resumo:

Este artigo procura pensar as correlações entre as verdades políticas e éticas das insurreições. Essa correlação é desdobrada diante da crítica formulada por Foucault em torno da genealogia das práticas de governo e, as problematizações dos dispositivos de controle presentes nas estratégias de saber, nas práticas de poder e nos processos de subjetivação. Tendo como ponto de partida as reflexões elaboradas pelo intelectual francês sobretudo a partir da década de 70, ocupamo-nos de pensar como operou-se, toda uma discursividade no campo das práticas de governo responsáveis por tensionar os efeitos de controle sobre a população, e também por interpelar os sujeitos enquanto indivíduos. Esse processo é perfilado pela crise como grande paradigma de governo nas sociedades contemporâneas. Ocorre que o modelo gerencial da crise sistêmica deflagrou a economia de mercado como garantidora da liberdade individual, mas por outro lado favoreceu a emergência das insurreições como outros modos de vida.

Palavras-chave: Governamentalidade; Ética; Insurreições.

Introdução

Uma das maiores contribuições do pensamento foucaultiano para o nosso tempo presente, caracteriza-se pelo que conhecemos como história política da governamentalidade. Em linhas gerais, esse projeto consiste em uma análise genealógica das práticas de governo produzidas no ocidente desde a emergência do poder pastoral, passando pela razão de Estado, pelo liberalismo econômico e pelo neoliberalismo (FOUCAULT, 2005/2008).

Uma história política da governamentalidade acaba por tensionar os efeitos pelos quais se articulam as estratégias de saber, as práticas de poder e os processos de subjetivação. Essa articulação acontece por meio de uma crítica, tanto em relação aos modos como as populações devem ser conduzidas, quanto aos modos pelos quais os sujeitos reconhecem-se enquanto indivíduos. Desse modo, a crítica percorre os processos das experiências éticas e os limites e bifurcações das práticas ligadas aos campos da economia, da cultura e da sociedade.

É neste sentido, que tal projeto desdobra-se em um diagnóstico pertinente não somente em relação aos efeitos ideológicos dos aparatos institucionais. Ele também vai além da problematização dos contornos jurídicos sobre a justificativa da soberania nas relações com o Estado.

¹ Graduado em Psicologia pela UNESC. Mestre em Psicologia pela UFSC. Doutor em Filosofia pela UNISINOS. Professor Permanente do Mestrado em Educação da FURB. E-mail: rsoler@furb.br

Na realidade, o efeito modular de uma história política da governamentalidade se inscreve no interesse sistemático por parte de Foucault (2008), em situar os tensionamentos das relações entre governantes e governados, a partir dos elementos que se ligam as práticas totalizantes e individualizantes dos regimes de governo, pelos quais reconhecemo-nos, mas também resistimos e sublevamo-nos. De um modo geral, o panorama dessa perspectiva ilustra, a tese de que governar, implica dobrar o conjunto de populações aos dispositivos de seguridade e de normalização, mas ao mesmo tempo compreende a formação de fissuras, ou melhor, ínfimas linhas de fuga que oportunizam a produção de outros modos de condutas.

Governamentalizar as condutas, mas ao mesmo tempo situar as brechas das insurreições. Neste sentido, o procedimento de uma história política da governamentalidade consiste em ilustrar os modos pelos quais as contra condutas ilustram, igualmente, a emergência de outras formas de vida.

A esse respeito, cumpre destacar que a relação entre governantes e governados é mediada por um embate agônico, no qual os governados emergem com suas vozes problematizando os paradigmas das máquinas governamentais. Estamos diante de um quadro no qual os governados colocam suas próprias vidas em jogo em nome de uma permanente revolta das condutas, ou uma outra política das insurreições. A esse respeito escreve Agamben

“Vidas reais foram ‘postas em jogo’ (*joules*)” é, nesse contexto, uma expressão ambígua, que as aspas procuram sublinhar. Não tanto porque *jouer* também tem um significado teatral (a frase poderia significar também “foram colocadas em cena, recitadas”), mas porque, no texto, o agente, quem pôs em jogo as vidas, fica intencionalmente na sombra. Quem pôs em jogo as vidas? Os próprios homens infames, abandonando-se sem reservas, como Mathurin Milan, ao seu vagabundear, ou Jean-Antoine Touzard, à sua paixão sodomita? Ou Então, como parece mais provável, a conspiração de familiares, funcionários anônimos, de chanceleres e policiais que levou a internação dos mesmos? A vida infame não parece pertencer integralmente nem a uns nem a outros, nem aos registros dos nomes que no final deverão responder por isso, nem aos funcionários do poder que, em todo caso, e no final de contas, decidirão a respeito dela. Ela é apenas jogada, nunca possuída, nunca representada, nunca dita – por isso ela é o lugar possível, mas vazio de uma ética, de uma forma-de-vida (AGAMBEN, 2007, p.60).

Ora, o que essas palavras procuram ilustrar são os sentidos éticos e políticos das insurreições a partir da problematização dos jogos de governamentalidade e de verdade.

E tal constatação pode nos ajudar a estruturar as seguintes perguntas: o que podemos aprender com essas formas de vidas insurgentes e, ainda: o que podemos apreender com gestos protagonizados por sujeitos *anonymous*²?

Resistir ao poder, mas também fissurar as brechas de outros regimes de governamentalidades. Eis o procedimento pelo qual podemos pensar as insurreições do nosso tempo presente como verdades políticas e éticas que se efetivam no contexto das práticas sociais contemporâneas.

Abrir a caixa de ferramentas: vida governamentalizada pela crise, insurreição declarada pelas verdades políticas e éticas

Em um primeiro momento, podemos constatar que as insurreições apontam para a inoperância das habituais estruturas ideológicas, as quais grande parte do pensamento crítico e libertário permanece atrelado. Por exemplo, ao deter-se em torno do problema dos regimes de governo Foucault (2008) elabora uma espécie de profanação da discursividade revolucionária retirando-a dos limites da representação, para inseri-la no campo das micropolíticas. Dessa forma Foucault (2008), está interessado em perceber a insurreição não como uma promessa de um reino do amanhã, mas como um diagnóstico do nosso tempo presente.

De certa maneira, as mais recentes ondas de protestos ocorridas no Brasil do século XXI - desde as ocupações escolares, até as passeatas pela investigação das mortes de Amarildo de Souza e Marielle Franco - operam a proliferação de novos contornos do que podemos chamar de ecos de revolta. Como se a insurreição fosse uma fagulha que, a qualquer momento poderá incendiar os espaços estriados das habituais práticas políticas.

Essa perspectiva acaba por nos demonstrar o fator primordial das insurreições. Elas são uma resposta efetiva a toda crise de legitimidade e de representação política e econômica da governamentalidade.

Tal crítica tem a ver com o papel fundamental do projeto foucaultiano de uma história política da governamentalidade, uma vez que segundo sua opinião, toda arte de governo presente nos horizontes da governamentalização procede seu gerenciamento estratégico por meio da crise. A crise seria portanto, um paradigma de governo. A esse

² Optou-se pela utilização da expressão inglesa por esta se referir a uma legião de indivíduos que, desde a emergência da INTERNET vem formando comunidades descentralizadas que atuam no mundo virtual expondo as dimensões éticas e políticas de agenciamentos contra diversas formas de governamentalidades.

respeito o Comitê Invisível (2007/2016/2017), aponta que, o grande projeto desenvolvido pelo ethos da governamentalidade na sociedade ocidental moderna, fez da crise uma morada fundamental dos seus procedimentos de relação entre governo e governados, alimentando-se dos seus desdobramentos por meio de um procedimento nomeado pelo Comitê Invisível (2016) como mudança experimental.

Mas, será que essa mudança experimental não teria uma história? E mais, quais as emergências e proveniências da crise enquanto estratégia de governamentalização no século XX? Tal história refere-se, ao processo que encontra suas ressonâncias no projeto de estruturação da Escola de Chicago - desde a publicação, por parte de Simons (1934) do ensaio *A Positive Program For Laissez-faire* – suas bases fundamentais. Para os neoliberais da Escola de Chicago, o sentido originário do *laissez-faire* deveria ser atualizado por uma intensa propaganda de uma economia política de vigilância do Estado. Isto é, uma maneira absolutamente radical de se pensar os tensionamentos entre governantes e governados a partir das regras do mercado econômico. Nesse sentido, Foucault aponta que

É por isso que eu creio que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas, não se apresenta tanto como uma alternativa política, mas digamos que é uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua com ancoragem à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É também um método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica (FOUCAULT, 2005, p. 224).

Mas, a governamentalidade de mercado neoliberal seria exatamente uma saída possível contra os abusos do Estado? Sem sombra de dúvidas, essa arte de governo potencializada pela Escola de Chicago opera como uma distopia, uma maquinaria do desejo responsável por produzir um modelo de subjetivação, correlativa a um estilo geral de pensamento que contamina toda uma geração que não deve reconhecer outro modelo de vida que não seja aquele regrado pelos padrões de consumo e pelo jogo de maximização das utilidades. Decorre desse processo o duplo papel metodológico desenvolvido pela governamentalidade da crise: a teoria do capital humano e o contingenciamento da criminalidade. Enquanto que o primeiro designa conforme Foucault (2005), o conjunto de habilidades e atitudes que devem favorecer à luta pela renda como produto de valor econômico, o segundo representa um conjunto de procedimentos responsáveis pela criminalização de toda e qualquer proposta voltada contra a implementação das propostas reformistas e de flexibilização da economia.

Esse duplo papel acaba por desenvolver por um lado, uma dinâmica de subjetivação econômica e, ao mesmo tempo, suprimir qualquer forma de vida que apresente-se como um risco ao paradigma da governamentalidade. Estamos diante de uma radicalização dos processos de governamentalização desenvolvido pela Escola de Chicago, no qual a generalização econômica da vida opera, por meio de um princípio de inteligibilidade, a decifração das práticas sociais e dos comportamentos individuais. Em outras palavras, ao exportar a lei da oferta e da procura para além do campo econômico, o neoliberalismo favorece a produção de modos de vidas marcados pela ascensão do que, poderíamos chamar de subjetivação empresarial, ou seja, a racionalidade econômica como processo de aliança entre indivíduos na luta pela renda, bem como o controle populacional pelos dispositivos de seguridade e de normalização.

É por conta de tais aspectos, que a grade de inteligibilidade da governamentalidade reconhece na crise uma abertura permanente como modo de controle sobre a vida que, em todas as instâncias, deve procurar prostrar-se ao cambiante fluxo dos mercados econômicos. Nesse sentido, a governamentalidade no século XX procura fazer da crise uma tática. Ou seja, a crise não pretende restaurar à ordem, mas fazer com que os indivíduos sejam capturados e instigados a motivarem-se pelas regras da economia, pois

É aí que está a malícia. Ao adotar a gestão da crise como técnica de governo, o capital não se limitou apenas a substituir o culto do progresso pela chantagem da catástrofe, ele quis reservar para si a inteligência estratégica do presente, a visão do conjunto sobre as operações em curso (COMITÉ INVISÍVEL, 2016, p.19).

Portanto, a crise possui os seus entrelaçamentos com as práticas de poder, as estratégias de saber e os processos de subjetivação. Para que tal entrelaçamento possa ser compreendido deve-se perceber como, e em torno de quais condições, a crise correlaciona-se tanto com a gestão das populações, como das individualidades. É por meio dessa gestão, que se interpõe o profundo corte de tudo aquilo que apresenta-se como supérfluo perante as diretrizes da máquina governamental e, que passa a ser uma responsabilidade individualizada e assujeitada as regras da meritocracia. Cumpre-se, dessa maneira, todo um programa responsável por deflagrar um confronto contra toda e qualquer garantia fundamental, introduzindo-se uma sensação de insegurança permanente pelos dispositivos de financeirização e de endividamento econômico da vida.

Esse seria, o ponto de curvatura do gerenciamento da crise nos horizontes da governamentalidade: fazer com que as práticas refletidas de governo da vida caminhem ao lado dos programas de liberalização da economia e, ao mesmo tempo, instrumentalizar uma macabra vigilância, por parte dos indivíduos em relação a eles mesmos, atenta as ameaças internas ou externas perante às regras flutuantes do mercado econômico. Esta constatação nos leva a perceber como, ao longo do século passado instrumentalizou-se um enunciado no qual os indivíduos devem ter ciência de que o mercado é responsável por fazê-los agir, enquanto que o Estado é responsável pela transmissão da insegurança e do controle permanente. Estado e economia são colocados em lados opostos: enquanto que o primeiro é onipresente para controlar, a segunda é onisciente para garantir a liberalização da vida, enquanto o primeiro polícia as condutas, a segunda enaltece as liberdades individuais.

Todavia, esse embate leva a uma outra problematização: como gerenciar o tensionamento entre as garantias fundamentais e os interesses da economia? Essa é, aos olhos de Foucault (2005), a grande questão em que, os regimes de governo permanecem atrelados desde o final da primeira metade do século XX por conta de dois motivos.

Em primeiro lugar, é preciso prescrever as condições de possibilidades para o gerenciamento das populações e das individualidades. Isto é, a governamentalidade deve sempre operar seus procedimentos no sentido de assujeitar as garantias fundamentais perante a volatilidade do mercado econômico. Em segundo lugar, para que a governamentalidade não seja cindida, entre modos distintos de práticas de governo, é necessário que economia e direito sejam permeados pelo que Foucault (2005), chama de sociedade civil. Isto é, um conjunto de dispositivos responsáveis pela operacionalização dos modos de conduta e de governamentalização das populações e dos indivíduos. Ou seja aos olhos de Foucault (2005), a sociedade civil deve ser encarada como uma tecnologia responsável por indexar tanto o estatuto jurídico das garantias fundamentais, quanto os interesses econômicos, a partir do regramento ético e político moduladores do gerenciamento estratégico das bases de judicialização econômica da vida.

Um governo onipresente, um governo a que nada escapa, um governo que obedece às regras do direito, mas um governo que respeita a especificidade da economia, será um governo que administrará a sociedade civil, que administrará a nação, que administrará a sociedade, que administrará o social. o *homo oeconomicus* e a sociedade civil são portanto dois elementos indissociáveis. O *homo oeconomicus* é, digamos, o ponto abstrato, ideal e puramente econômico que povoa a realidade densa, plena e complexa da sociedade. Ou ainda: a sociedade civil é o conjunto concreto no interior do qual

é preciso recolocar esses pontos ideais que são os homens econômicos, para poder administrá-los convenientemente. Logo, *homo oeconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal (FOUCAULT, 2005, p.300).

Conforme podemos observar, esse estatuto da governamentalidade desconhece outro caminho que não o da crise permanente como justificativa para o exercício de práticas refletidas de governo, a serviço das grandes corporações e das taxações provenientes dos sistemas de endividamento da máquina pública e o superendividamento da vida privada. Em outras palavras, o que procuramos afirmar é que, para a governamentalidade à crise não precipita mudanças, mas circunscreve um método de assujeitamento que converge para a exceção como única alternativa de sobrevivência da economia, caracterizando-se como motor dos modos de gestão.

Vejam detalhadamente um exemplo disso. Entre o final de 2007 e o início de 2008 os bancos estadunidenses – dentre os quais destaca-se o até então centenário Lehman Brothers – vinham praticando uma extensa política de taxaço de juros atrativas ao financiamento imobiliário, incitando os sujeitos a investirem suas economias na aquisição de casas próprias por meio da concessão de financiamentos hipotecários. Essas hipotecas viraram derivados negociáveis em todo o sistema financeiro dando origem a uma bolha de especulação imobiliária.

Sem uma regulação, por parte do Estado, os programas de créditos desenvolvidos pelos bancos e por fundos de investimentos arrastaram vários outros países para uma profunda recessão e, temendo a insolvências das operações bancárias, os bancos centrais ao redor do mundo promoveram a derrama de milhões de dólares para salvar o sistema financeiro, em detrimento a programas governamentais direcionados à saúde ou à educação. Na opinião de Pagot e Jardim (2014), a crise gerada em 2008 lançou o mundo em uma espécie de contaminação econômica sistêmica.

Tal contaminação precarizou ainda mais as relações de trabalho, forçando a retirada de garantias fundamentais e uma profunda reforma estrutural de sistemas previdenciários em diversos países. A crise de 2008 atuou como uma força brutal no sentido de instrumentalizar todos os esforços possíveis para a salvação do sistema financeiro, a partir de toda uma produção que levou os governos e as grandes corporações a desenvolverem uma série de dispositivos de endividamento em massa (PETERS, 2016). Ou seja, a experiência da crise modulou um efeito de subjetivação que reconheceu na economia de mercado frente a um Estado mínimo, a única saída possível. Nesse sentido,

é correto afirmarmos que emerge no interior dessa estranha aliança entre a política de interesses da governamentalidade e a crise como paradigma de controle, os traços fundamentais de um modo de subjetivação refletido pelos sistemas financeiros.

Os grandes avalistas de cada elemento categórico inspiraram a luta pela renda por meio de um adestramento de uma verdade econômica que segundo Avelino (2016), passava pela estruturação da liberdade de mercado. Foucault (2006), nomeia tal atitude como um comportamento atomístico responsável pela produção de um sentido ético no qual a vida somente pode ser regrada pela economia da utilidade e pelo favorecimento da cultura do empreendedorismo.

No contexto da nossa atualidade, a história de uma crise como paradigma de governo, também nos leva a visualizar as práticas insurgentes ao redor do mundo que resistem a tal modelo de gerenciamento da vida. Dos Estados Unidos aos países árabes³, do Brasil a Europa, a insurgência parece efetivar um gesto de multidões que não possuem um rosto ou qualquer entidade representativa. Essas insurreições compreendem várias alegorias cuja porosidade procura ultrapassar e recusar as táticas dos modos de governamentalização da crise. A esse respeito nos alerta Honesko (2018), que os fundamentos éticos e políticos dos governados apresentam-se como uma estratégia de outros processos de subjetivação. Que outros processos de subjetivação são esses? Trata-se de outros enunciados que não aceitam mais jogar as regras das governamentalidades direcionadas pelo mercado econômico.

As insurgências dos governados promovem uma fratura dos dispositivos a partir dos devires dos agenciamentos. Desse modo, percebe-se que o conjunto de levantes populares ocorridos na nossa atualidade, acabam por nos mostrar como a sublevação de forças não anuncia a derrocada do capitalismo, mas sim a luta pela vida dos grupos minoritários que não se deixam capturar pelas malhas do poder.

Também, não se trata de perguntar pelo porquê da Revolução, mas sim explorar as condições de possibilidade das insurgências articulada à luta pela vida. Uma luta que se configura pelas verdades éticas e políticas. Entretanto, poder-se-ia perguntar: o que seriam essas verdades políticas e éticas? Certamente não se trata de uma mera diferenciação entre o verdadeiro e o falso. Uma verdade política e ética tem a ver com o

³ Optamos por utilizarmos a expressão “países árabes”, sabendo que tal definição é insuficiente para dar conta dos complexos processos geopolíticos, econômicos e culturais que podem se referir a polissêmica e necessária estrutura dessas etnias. Concordamos com Said (1990), quando este intelectual, ainda no final dos anos 80, nos alertava que o orientalismo refere-se a todo uma discursividade que inventa o Oriente pela ótica do Ocidente e, como tal, devemos sempre nos atentarmos para esse regime de verdade.

gesto de atitudes emblemáticas daqueles que não se dobram perante as estratégias de saber, as práticas de poder e aos processos de subjetivação. Uma verdade política é afirmada na sensibilidade de uma potência de alteridade na qual reconhecemos as condições de diversas estratégias de resistências. Essa verdade política e ética é sublinhada por Foucault a partir da seguinte estrutura

A hipótese que gostaria de propor é que, no fundo, há duas histórias da verdade. A primeira é uma espécie de história interna da verdade, a história de uma verdade que se corrige a partir dos seus próprios princípios de regulação: é a história da verdade tal como se faz na ou a partir da história das ciências. Por outro lado, parece-me que existem, na sociedade, ou pelo menos, em nossas sociedades, vários outros lugares onde a verdade se forma, onde um certo número de regras de jogos são definidas – regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber – e por conseguinte podemos, a partir daí fazer uma história externa, exterior da verdade (FOUCAULT, 1994, p. 540-541).

Contudo, para que compreendamos efetivamente os sentidos dessa verdade política e ética da qual fala Foucault (1994), é necessário percebermos como esses pequenos gestos ganham os contornos de uma história do tempo presente, na medida que operam um confronto nas entrelinhas do intolerável. Ou seja, no contínuo campo de experimentações possíveis dos infames que se recusam a dobrar-se perante a governamentalidade.

As múltiplas experiências suscitadas pelos governados colocam em evidência uma outra forma de percebermos o entrelaçamento da política e da ética, não mais como estratégias de representatividade, mas como agenciamentos. Já não se trata, para os governados de buscar se formar um processo embrionário que culminará com a grande revolução. Ao invés disso, trata-se de estilhaçar os sonhos de uma propaganda político-partidária, a partir de um dever estratégico que encontra-se desdobrado em uma afirmação de que a governamentalidade já os sufocou tanto que, é chegada a hora de pensar uma política da vida ao invés de uma economia sobre a vida.

A esse respeito, nos aponta Nalli (2012) que os desdobramentos da governamentalidade oportunizam com que pensemos as estratégias de resistências de uma prática política contrária à normalização econômica da vida, pois como afirma o Comitê Invisível (2016, p.76) “(...) o contrário da democracia não é a ditadura, mas a verdade.” Nesse sentido, é impossível não pensarmos uma genealogia das práticas de insurreição sem que percebamos o seu papel fundamental, qual seja, o de colocar no centro dos debates políticos da atualidade, o estatuto da governamentalidade. Governamentalidade

esta que, diante do atual cenário, da chamada crise das democracias ocidentais, efetiva-se como a estratégia de condução totalizante e individualizante maximizando sua potencialidade e induzindo o sujeito ao desejo da liberdade econômica.

Por um lado, se a governamentalização da vida é extremamente eficiente por conta da fina película de dispositivos da maximização dos lucros e da utilidade. Por outro lado, a insurreição dos governados nos faz atentar para o conjunto de reivindicações que proliferam mundo à fora e problematizam as práticas refletidas de governo. Por certo, o que assistimos com à crise não é falência do modelo capitalístico,⁴ mas a necessidade de percebermos os confrontos e as resistências contra todo conjunto de programas reformistas que se ocupam, tão somente em deixar morrer todos aqueles que se encontram à margem dos programas econômicos do mercado financeiro. Seguindo tal linha de raciocínio Negri e Hardt apontam que

Quando você se verga sob o peso da dívida, quando sua atenção está hipnoticamente dirigida para a tela, quando você transformou sua casa em uma prisão, você percebe o quanto a crise capitalista individualiza e tensiona as paixões humanas. Você está sozinho, despotencializado. No entanto, assim que você olha ao redor, enxerga que a crise também resultou num estar juntos. Na crise o endividamento, a mediatização, a securitização e a representação designam uma condição coletiva. Sem dúvida não há alternativa; estamos sob os conveses do Titanic, e esse empobrecimento e redução do poder das singularidades converte nossa vida numa indiferença cinzenta (NEGRI, HARDT, 2014, p.51).

Conforme essas palavras sugerem a questão é, se podemos oportunizar a visibilização das práticas fomentadas pelas insurgências dos governados ou tentaremos legitimar a representação da razão de Estado. Se optarmos pelo primeiro caminho então podemos constatar, segundo Foucault (2005) que a crítica em relação aos procedimentos de governamentalização da vida, deve ultrapassar o sentido empírico das estratégias de governança e dos dispositivos de normalização.

De todo modo, a crítica em torno da governamentalidade acaba por nos mostrar como, cada tensionamento presente nos jogos de assujeitamento do sujeito são atravessados por uma agonística das contra condutas que insistem em debelar um confronto contra as práticas de governança, pois como lembra Foucault (2008), com a governamentalidade emerge à crise, mas ao mesmo tempo, proliferam-se as práticas de

⁴Guattari costumava designar capitalístico, todo o sistema econômico vigente não se limitando apenas aos países ocidentais, mas toda forma de governamentalidade existente na sociedade moderna. O sistema capitalístico designa os modos de produção econômicos e os processos de subjetivação que modula o sujeito como homem-máquina. Ver mais detalhes em: GUATTARI, ROLNIK, 2010.

insurgências e, é justamente tal característica que lhe interessa: reivindicar nessas estratégias as experiências radicais de outras formas de vida.

O fundamento da crítica foucaultiana seria o de pensarmos os traços de uma problematização da governamentalidade, em especial, a superação da tese que a economia é o fim último de todas as coisas. Nesse sentido, a crítica aos modos de governamentalização da vida pode operar uma leitura da verdade política e ética das insurreições para a conversão do fim dos tempos da economia, em um tempo sem fim das práticas dos governados.⁵ Mas, existe ainda um segundo traço dessa crítica: a governamentalidade efetivada pela quebra de vínculos de obediência. Quando deixa-se de obedecer, de se cumprir as obrigações de uma verdade econômica, para se tomar a palavra contra os regimes de governamentalidade, fixando as diretrizes de outras formas de vida pois como aponta Foucault (2008), um dos maiores problemas políticos da nossa atualidade consiste em percebermos à articulação entre essas formas de vida provenientes dos governados e as práticas de veridicção que se chocam contra os paradigmas de governo.

Nesse sentido, dentro de um quadro geral de uma história política da governamentalidade, os governados situam-se nos interstícios de todos os traços de gerenciamento da conduta humana. Emergem, dessa maneira, as condições de possibilidades das insurreições como uma crítica presente nos próprios procedimentos de governamentalização da vida, pois não podemos pensar os traços das estratégias de governo, sem lermos a operatividade das estratégias de resistências.

Ao apresentar-se como lugar de verdade, a governamentalidade coloca-se diante de um novo desafio: “(...) se há uma economia política, o que acontece com o direito público?” (FOUCAULT, 2005, p.39) tal pergunta nos auxilia a perceber como, e sob quais, condições as insurreições compõem o performático jogo dos modos de veridicção.

⁵Por fim dos tempos da economia e tempo sem fim das práticas dos governados entendemos todo o conjunto de práticas fomentadas no contexto das políticas de subjetivações promovidas por grupos minoritários. Muito embora seja um tanto delicado evocarmos, no horizonte do pensamento foucaultiano, a aleturgia do messianismo como estratégia de resistência, podemos rastrear em *Segurança, Território, População* todo um conjunto de ações produzidas no interior da governamentalidade pastoral. Dentre a multiplicidade de acontecimentos, destacamos os movimentos gnósticos, a mística e a Reforma Protestante como alegorias das práticas dos governados. Dando continuidade a essa abertura produzida por Foucault, o intelectual italiano Giorgio Agamben desenvolverá essa noção de messianismo como abertura para o pensar de outra ética e outra política. Nesse sentido, Agamben acaba por compreender o messianismo como uma ruptura fundamental para a crítica da crise dos programas de governamentalidade no mundo ocidental. No entender de Agamben, o messianismo suspende a linearidade do tempo cronológico em favor da proliferação de uma fratura temporal qualitativa, nomeada por ele como *kairós*. Ver mais detalhes em: FOUCAULT, 2008. AGAMBEN, 2016, 2011.

As insurreições interpelam, dessa forma, a governamentalidade a partir da instituição de novas verdades éticas e políticas. No limiar da crise, emergem portanto outras práticas de verdades. As experiências de uma política e uma ética menores ou como aponta Pelbart (2012), a biopolítica dos resistentes que implica na problematização dos efeitos nefastos da racionalidade de governo a partir de novos modos de subjetivação e seus desdobramentos no tempo presente.

Os efeitos das práticas refletidas de governo nos conduzem, indubitavelmente a outras perspectivas, ou melhor, análises sobre os modos de subjetivação nos campos da política e da ética. Mais do que nunca, é preciso levarmos em conta que o panorama da governamentalidade conduz os sujeitos a um programa de normalização das condutas econômicas como única maneira de experimentação da crise.

A sujeição implica técnicas de governo que passam por, e que mobilizam, a representação (política e linguística), os saberes, as práticas discursivas, visuais, etc., e produzem “sujeitos de direitos”, “sujeitos políticos” e sujeitos tão simplesmente – “eus”, indivíduos. Produzindo-nos como sujeitos individuados, a sujeição social nos fixa uma identidade, um sexo, uma profissão, uma nacionalidade, etc. Ela constitui uma cilada semiótica significante e representativa da qual ninguém escapa. No capitalismo contemporâneo, esses processos e técnicas encontram sua realização no “capital humano”, que faz de cada um de nós um “sujeito” responsável e culpado pelas próprias “ações” e “comportamentos”. O “sujeito livre”, no sentido de “libertado” de toda subordinação pessoal, realiza-se na figura do empreendedor de si e na figura do consumidor que escolhe de maneira “soberana” em meio a uma panóplia infinita de mercadorias. (LAZZARATO, 2017, p. 172-173).

Os efeitos contrários a essas políticas da normalização e da sujeição empreendidas pela governamentalidade, residem nas práticas dos governados que agem na transversalidade dos adestramentos econômicos pela adoção de novas heterotopias. Ocorre que tais práticas não estão fora das regras econômicas, mas corroem a sua própria interioridade expondo-lhe toda sua condição tragicômica de uma vida que só enxerga no consumo à única experiência de potência possível.

Considerações finais

Verificação, política e ética são portanto, os elementos presentes nos desdobramentos das lutas contemporâneas. A crítica em relação a governamentalidade percorre os caminhos de uma constante problematização da economia de mercado e do paradigma da crise na estrutura da governamentalidade. Desse modo, evocar uma crítica

a governamentalidade nas primeiras décadas do século XXI, significa explorar no conjunto de insurreições os elementos capilares de outras formas possíveis de se fazer e de se inventar as resistências.

No primeiro dia do mês de outubro de 2011, uma pequena multidão dirigiu-se ao distrito financeiro de Manhattan para protestar contra os desdobramentos da crise financeira. Esses manifestantes passaram a denominar-se como integrantes do *OWS – Occupy Wall Street* - um movimento voltado para o questionamento dos padrões de consumo existentes e, mais do que nunca, responsável por implodir o gerenciamento estratégico da economia da governamentalidade como único caminho possível. A experiência do *OWS* opera um escapismo que proporciona a ruptura capaz de ultrapassar os limites presentes pelas subjetivações econômicas, em nome das minorias potentes e da ordem do ingovernável.

Ou seja, vidas infames que não procuram se enquadrar dentro da norma econômica para garantir seu papel de representatividade. Encontramos portanto, em tal experiência os indicativos das práticas dos governados como um exercício político e ético de uma governamentalidade antieconômica. Em defesa de tal perspectiva, Pessetti (2015) aponta que a porosidade das lutas promovidas pelos governados não consiste somente em recusar os apossamentos das estratégias de saber, das práticas de poder e dos processos de subjetivação. Mais do que isso, os governados estão implicados na elaboração de uma luta pela veridicção da vida.

Uma verdade que se configura nos planos da ética e da política responsável por provocar a abertura de outros processos de subjetivação. Neste sentido, já que a vida é aquela que não consegue visualizar outro efeito senão as questões que envolvem a utilidade do jogo econômico, as práticas dos governados apresentam-se como um gesto, pelos quais a noção de governo torna-se central para uma análise das estratégias promovidas nas lutas contra os assujeitamentos econômicos e os dispositivos de controle.

Nesse sentido, podemos afirmar que os embates entre governados e governantes sinalizam os aspectos de embriaguez da governamentalidade e segundo Foucault (2005), ao visualizarmos as práticas de resistências de grupos que se rebelam contra tal prática refletida de governo, acabamos por reconhecer, nessas mesmas estratégias os elementos para uma genealogia de tais práticas. É precisamente nesse instante que emergem as condições de possibilidades para compreendermos os efeitos das experiências dos governados como estratégias de sublevação, responsáveis por questionar os sentidos

arbitrários da governamentalidade. Nesse sentido, a genealogia das práticas de insurreição dos governados corresponde a uma fissura para pensarmos os sentidos éticos e políticos das formas de governo sobre a vida.

Essa genealogia nos mostra como a insurreição não é um sonho distante, mas um embate no qual está em jogo, a maneira que os governados procuram converter a biopolítica em uma política afirmativa da vida. Se a governamentalidade insiste em nos dizer que a crise é permanente e não há nada há fazer, senão nos prostramos às flutuações do mercado econômico, a luta dos governados nos auxilia a perceber que a destituição de toda forma de governo se dá pela veridicção da política e da ética. Insurreição aqui e agora é o enunciado dos governados.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. O Autor Como Gesto. In: AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo editorial, 2007. p. 55-64.

AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória: uma genealogia teológica e econômica do governo. Homo Sacer II, 2**. São Paulo: Boitempo, 2011.

AGAMBEN, Giorgio. **O Tempo que Resta: um comentário à Carta aos Romanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

AVELINO, Nildo. Foucault, Governamentalidade e Neoliberalismo. In: RESENDE, Haroldo. **Michel Foucault: política – pensamento e ação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p. 163-178.

COMITÊ INVISÍVEL. **A Insurreição que Vem. Brasil**: Edições Baratas, 2007.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos Nossos Amigos: crise e insurreição**. São Paulo: N-1, 2016.

COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e Destituição Agora**. São Paulo: N-1, 2017.

FOUCAULT, Michel. *La Vérité et les Formes Juridiques*. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits II: 1972-1975**. Paris: Gallimard, 1994. p. 538-646.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la Biopolitique*. Paris: Galimard, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

HONESKO, Vinicius Nicastro. Sobre o Governo do Real: a vida nos domínios do capitalismo informacional. **Profanações**. v. 5, n. 1, p. 24-38, 2018.

Disponível: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/1784>.

Acesso: 14/11/2021.

LAZZARATO, Maurizio. **O Governo do Homem Endividado**. São Paulo: N-1, 2017.

NALLI, Marcos. A imanência normativa da vida (e da morte) na análise foucaultiana da biopolítica: uma resposta a Roberto Esposito. **O Que Nos Faz Pensar**. v. 21, n. 31, p. 127-152, 2012.

Disponível: <http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqnfp/article/view/366>.

Acesso: 14/11/2021.

NEGRI, Antonio. HARDT, Michael. **Declaração: isto não é um manifesto**. São Paulo: N-1, 2014.

PAGOT, Rhaíssa. JARDIM, Emmanuel Brandolff. Os BRICs Frente aos Estados Unidos após a Crise Financeira de 2008: alternativa a Uma hegemonia declinante? **Textos de Economia**. v. 17, n.2, p.128-150, 2014.

Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/viewFile/2175-8085.2014v17n2p128/29279>. Acesso: 14/11/2021.

PELBART, Peter.Pal. Foucault Versus Agamben? **Revista Ecológica**. n.5, p. 50-64, 2012.

Disponível: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/download/14983/11181>.

Acesso: 14/11/2021.

PESSETTI, Edson. Prefácio. In: CASTELO BRANCO, Guilherme. **Michel Foucault: filosofia e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p.09-20.

PETERS, Michael. Economias Biopolíticas da Dívida. **Cadernos IHUideias**. v. 14, n. 236, p. 01-16, 2016.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1990.

SIMONS, Henry. *A Positive Program For Laissez-faire: some proposals for a liberal economic policy*. *Public Policy Pamphlet: University of Chicago*, 1934. Disponível:

<http://desmarais-tremblay.com/Resources/Simons%20Henry%20C.%201934%20A%20Positive%20Program%20for%20Laissez%20Faire.pdf>. Acesso: 14/11/2021.